



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 936, DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

EMENDA Nº

Suprima-se o § 5º do art. 8º da Medida Provisória nº 936, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que é de fundamental importância o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda para o enfrentamento da Covid-19, criado pela Medida Provisória (MPV) nº 936, de 2020, que prevê a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários, a suspensão temporária do contrato de trabalho e, conseqüentemente, o pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.

Porém o § 5º do art. 8º da Medida Provisória nº 936, de 2020, estabelece que as empresas que tiverem auferido, no ano-calendário de 2019, receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00, somente poderão suspender o contrato de trabalho de seus empregados mediante o pagamento de ajuda compensatória mensal no valor de 30% do valor do salário do empregado, durante o período da suspensão temporária de trabalho pactuado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Entendemos que não deva existir essa discriminação, na medida em que muitos desses empreendimentos tiveram suas atividades quase que totalmente interrompidas, o que compromete bastante suas receitas para fazer frente ao pagamento da ajuda compensatória obrigatória.

Contamos com o apoio dos Ilustres Pares para o acolhimento da presente proposta.

Sala da Comissão, em de de 2020.

**Deputado LUIS MIRANDA
(DEM-DF)**

Documento eletrônico assinado por Luis Miranda (DEM/DF), através do ponto SDR_56525, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

